

TRABALHADORES/ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ENSINO NOTURNO: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO COM O TEMPO DA EDUCAÇÃO

WORKERS/STUDENTS OF BASIC EDUCATION IN EDUCATION NIGHT: AN ANALYSIS OF THE RELATIONSHIP OF TIME WORKING WITH EDUCATION TIME

*Zenira Maria Malacarne SIGNORI¹
Alessandro de MELO²*

RESUMO: Este estudo traz à tona as condições materiais de vida dos trabalhadores/estudantes da educação básica no ensino noturno. Os dados apresentados e discutidos são resultado de investigação realizada em cinco escolas no município de Guarapuava-PR, quando foi aplicado questionário envolvendo 544 alunos da educação básica no período noturno. Parte-se do entendimento de que o tempo de trabalho do trabalhador/estudante noturno tem determinado e influenciado negativamente os demais tempos necessários à existência humana e, portanto, inviabilizando uma formação consistente para estes sujeitos que não conseguem ter um bom desempenho, tanto pela precarização e intensidade do trabalho como pela fragilidade da escola noturna. Entende-se ser necessário e urgente conhecer melhor os sujeitos reais para os quais se constroem discursos educacionais e que, na maioria das vezes se apartam da realidade, aprofundando, assim, a discussão acerca das dificuldades, limitações, motivações e expectativas desses agentes que vivenciam cotidianamente uma dupla jornada: trabalho diurno e estudo noturno.

PALAVRAS-CHAVE: trabalhador/estudante, ensino noturno, trabalho, tempo de trabalho, tempo de estudo.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por propósito apresentar os resultados de uma pesquisa que traz à tona a materialidade de vida do trabalhador/estudante³ da educação básica no ensino noturno, com um recorte para o contexto do município de Guarapuava-PR. Esclarece-se que estudar os sujeitos específicos dessa cidade não significa nos ater apenas a esta realidade, mas entender que esta nos possibilita a compreensão de uma realidade mais ampla, as condições materiais de vida da classe trabalhadora de forma geral, em especial perceber como se dá a escolarização desses sujeitos.

O ponto de partida que norteou esta pesquisa foi o pressuposto de que o tempo de trabalho do trabalhador/estudante noturno tem determinado e influenciado

¹ Pedagoga e mestre em educação pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava, Paraná, Brasil. E-mail: zesig@hotmail.com

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava, Paraná, Brasil. E-mail: alessandrodemelo2006@hotmail.com.

³ Na pesquisa escolhemos o termo trabalhador/estudante por pensar que esta designação sintetiza a condição social temporária daquele que cumpre uma jornada predominantemente diurna de trabalho e que dedica suas noites ao estudo. A prevalência da condição de trabalhador se dá por dois motivos: primeiro pela própria condição ontológica do trabalho na constituição do ser social; em segundo lugar porque a pesquisa demonstrou a prevalência do trabalho nas escolhas pessoais de estudar, ou seja, o estudo noturno, para a maioria dos entrevistados, é um meio de obter melhores condições de trabalho no futuro.

negativamente o limite dos demais tempos necessários à existência humana, tais como educação, cultura, lazer e descanso e, portanto, inviabiliza uma formação consistente para estes sujeitos, que de um modo geral já foram excluídos do percurso normal de escolarização e, ao retornarem à escola, não conseguem ter um bom desempenho, tanto pela precarização⁴ e intensidade do trabalho como pela fragilidade do ensino noturno.

É sabido que a situação de precarização em que vivem as famílias da classe trabalhadora na contemporaneidade faz com que seus integrantes se insiram cada vez mais precocemente no mercado de trabalho, seja no trabalho formal ou informal. Tal contexto leva um grande contingente de crianças e jovens a abandonarem a escola para ajudar na renda familiar, afinal, para muitos se impõe uma realidade incompatível com a manutenção na escola, criando um ciclo vicioso de difícil transposição: a necessidade de abandonar a escola para trabalhar e a posterior constatação de que a baixa escolarização faz com que permaneçam no trabalho informal e em subempregos, retornando, assim, aos bancos escolares (CARVALHO, 2001; DE GRAZIA, 2007). Precisando trabalhar e também estudar, obrigatoriamente, esses jovens fazem a opção pelo período noturno, exercendo, diariamente, uma dupla jornada - trabalho diurno e estudo noturno.

Na atualidade o mundo do trabalho se apresenta vulnerável e precário para homens e mulheres, entretanto são estas que carregam o fardo maior do desemprego, da menor remuneração, do trabalho em tempo parcial e da dupla jornada de trabalho, na empresa e em casa. É sabido que o capital ao se utilizar da força de trabalho feminino, explora de modo ainda mais aviltante essas mulheres, valendo-se da sua vulnerabilidade na competição por empregos frente aos trabalhadores homens. Nesse sentido, se faz necessário salientar que as trabalhadoras/estudantes enfrentam, cotidianamente, uma tripla jornada – atividades domésticas, profissional e educacional.

Metodologicamente, esta pesquisa trilhou o seguinte caminho: primeiramente, realizou-se um estudo bibliográfico e, na sequência, deu-se início à coleta dos dados. A pesquisa empírica foi desenvolvida com cinco escolas públicas no município de Guarapuava, Paraná. Cabe dizer que para a seleção das escolas priorizou-se os seguintes critérios: escolas com número elevado de alunos no noturno, buscando assim uma amostragem significativa; que contemplassem ensino fundamental, médio e técnico; pela distribuição geográfica, selecionando escolas centrais e periféricas.

Foi aplicado questionário elaborado com oito blocos temáticos, a saber: identificação, situação socioeconômica, trabalho *versus* empresa, jornada de trabalho, trabalho e renda, tempo de lazer, tempo de estudo e tempo de descanso. Com relação

⁴Prejudicada é a condição laboral do trabalhador que não possui estabilidade no emprego, seja pela forma de contrato temporário, por tempo determinado, tempo parcial ou porque está sob contrato informal, sem seguridade social ou outros direitos trabalhistas como 13º salário, férias, FGTS etc. Também prejudicada é a situação das famílias da classe trabalhadora que vivem sob o signo da instabilidade financeira e social, que mantém suas condições materiais mínimas de vida sempre sob insegurança, devido à insegurança das fontes de renda dos que geram a renda familiar.

ao bloco identificação cabe explicitar que não foi solicitado nome do participante, apenas idade, sexo e série frequentada. Do total de alunos de cada escola participaram da pesquisa 25% dos presentes no dia da aplicação do questionário, alcançando um total de 544 estudantes. A escolha dos participantes se deu aleatoriamente, mantendo a neutralidade no processo de escolha dos participantes.

Para interpretação e compreensão do objeto de estudo, tomamos como guia os pressupostos metodológicos que se sustentam na teoria social de Marx, por entender que esta nos permite conhecer, analisar e refletir sobre o material empírico de forma mais consistente. Dessa forma, apropriamo-nos dos referenciais marxistas como fundamentação principal para a compreensão da realidade, como, por exemplo, explicitam Marx e Engels na obra *A Ideologia Alemã*:

Os pressupostos dos quais partimos não são arbitrários nem dogmas. São bases reais das quais não é possível abstração a não ser na imaginação. Esses pressupostos são os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas que eles já encontraram elaboradas quanto aquelas que são o resultado de sua própria ação. Esses pressupostos são, pois, verificáveis empiricamente (MARX; ENGELS, 2005, p. 44)

Cabe lembrar que Marx não criou propriamente um método científico, mas a partir da sua preocupação com a organização social dos homens para a produção e reprodução da vida – caráter material, e como eles se organizam na história - desenvolveu elementos que se aproximam de uma sistematização de método.

Subdividimos a apresentação, análise e discussão dos dados em categorias de acordo com as respostas obtidas com o questionário. Cabe inferir que os dados empíricos levantados a partir da realidade concreta desses sujeitos foram extremamente significativos para analisar a atual situação dos trabalhadores/estudantes do ensino noturno e o processo de formação da classe trabalhadora.

Por fim, ressaltamos a importância deste estudo para compreender a formação da classe trabalhadora na atualidade, em especial, as formas de reprodução de desigualdades sociais, tendo em vista a subordinação da vida e do estudo às demandas do trabalho que tende a tomar grande parte do dia e das energias vitais dos trabalhadores/estudantes.

CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO, POLÍTICO E EDUCACIONAL DE GUARAPUAVA-PR

Guarapuava⁵ localiza-se na região Centro-Oeste do Paraná, com uma área territorial de 3.121 km² e população estimada em 167.328 habitantes. Começou a ser

⁵ O município de Guarapuava já foi um dos maiores do Brasil em extensão territorial. Ocupava mais da metade de todo o estado do Paraná, a partir da região central até o oeste do Estado e também todo o oeste de Santa Catarina e fazia fronteira com o

colonizada em 1770 pelos portugueses e foi fundada em 1810. O nome da cidade é de origem Tupi, Guará (lobo) e Puava (bravo). Sua colonização teve início entre os rios Coutinho e o Rio Jordão, na freguesia de Nossa Senhora do Belém em 1819, alcançando seu *status* de cidade em 1871. É considerada uma região estratégica e sua importância regional se deu especialmente por ser até as primeiras décadas do século XX o segundo município em número de habitantes e o primeiro no tamanho territorial no Estado. Está classificado, de acordo com o último relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD), entre os municípios com alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) com uma taxa de 0.731 (BRASIL, 2013a).

O tropeirismo foi determinante na abertura de caminhos e fundações de povoados e, de acordo com Marcondes (1998), os guarapuavanos, como tropeiros ou prestadores de serviços às tropas em trânsito, enriqueceram, compraram mais escravos, construíram casarões, passaram a ter uma vida com mais conforto. Segundo a mesma autora, o tropeirismo possibilitou grande progresso econômico, cultural e político, tendo em vista que dinamizou o comércio, divulgando notícias, conduzindo cartas, jornais, revistas estabelecendo um elo com o restante do país.

A partir dos anos 1940, o setor econômico ganharia novo impulso com a instalação de indústrias madeireiras, e nos anos 1950 a agricultura passa a ser mecanizada e economicamente significativa, o município torna-se grande produtor e exportador de grãos (soja, milho e trigo), erva mate e batatas (MARCONDES, 1998).

Em um primeiro momento, ao olhar para os dados apresentados pelo IDHM, surpreendentemente, enxerga-se indicadores muito animadores, afinal a renda per capita média cresceu 90,13 % nas últimas décadas, saltando de R\$ 394,52 em 1991 para R\$ 750,09 em 2010 (BRASIL, 2013a). Todavia, não é esta realidade que se enxerga quando confrontado com os dados referentes à renda dos trabalhadores, o que parece não traçar o perfil real, tendo em vista que, segundo a mesma fonte, 70,23% da classe trabalhadora vive com uma renda de no máximo dois salários mínimos e 17,77 % sobrevivem com uma renda de até um salário mínimo.

Esses dados são corroborados por nossa pesquisa, ou seja, 22% dos trabalhadores/estudantes moram, se alimentam, estudam, pagam luz, água etc., com uma renda de até um salário mínimo. Sendo assim, não resta dúvida, ao olharmos para a história de Guarapuava e para os indicadores estatísticos, de que se trata de uma cidade pobre com uma classe trabalhadora excluída, superexplorada, sofrida, vivendo em condições de miserabilidade.

A educação em Guarapuava, desde os tempos mais remotos, é um privilégio das elites, mantendo-se assim até hoje. Muito embora nas últimas décadas o município

Paraguai, pelo Rio Paraná, com a Argentina pelo rio Iguaçu e divisa com o Rio Grande do Sul pelo território do oeste Catarinense (MARCONDES, 1998).

tenha apresentado indicadores positivos com relação à escolarização e a educação tenha sido a dimensão que mais contribuiu para a elevação do IDHM (crescimento de 0,178) no ano de 2013, esta continua sendo motivo de grande preocupação: 40,14% dos jovens entre 15 e 17 anos não possuem o ensino fundamental completo e 55,51% dos jovens entre 18 e 20 anos não completaram o ensino médio.

Há que se destacar, também, que apenas 51,92% da população de 18 anos ou mais concluíram o ensino fundamental (BRASIL, 2013a). A taxa de analfabetismo entre as pessoas de 15 anos ou mais de acordo com censo de 2010 está situada na casa dos 6%, diminuindo 8,04% nas últimas duas décadas (BRASIL, 2013a). Tais dados evidenciam a baixa escolarização da classe trabalhadora e, muito provavelmente, esta condição contribui para que permaneçam excluídos do mercado formal e quando incluídos recebam salários tão baixos.

De acordo com dados do último censo em 2010, dos 167.328 habitantes, 81.398 são considerados economicamente ativos e, destes, 76.003 estão ocupados. A questão é que dos que estão ocupados apenas 37.124 pessoas trabalham com carteira assinada, ou seja, 38.879 trabalhadores estão excluídos do mercado formal (IBGE, 2010a). Dados estatísticos apresentados pelo IPARDES (2012) mostram que os poucos empregos formais concentram-se no comércio e setor de serviços e muito pouco na indústria. Dados corroborados por esta pesquisa. Quando perguntado aos trabalhadores/estudantes participantes da pesquisa sobre que tipo de trabalho realizam, 10% deles declararam trabalhar na indústria, enquanto 43% responderam que estão trabalhando em setores de serviços e comércio, corroborando os dados do IPARDES.

Esta apresentação sumária feita acima sobre Guarapuava, objetiva compreender os dados evidenciados na pesquisa empírica por nós realizada. Entende-se que essa não é uma realidade vivenciada apenas por quem vive em Guarapuava e, dessa forma, as especificidades do seu contexto socioeconômico, político e educacional é de grande valia para o entendimento de como vivem os milhares de trabalhadores e trabalhadoras que para estudar frequentam a escola no período noturno.

TEMPO E TEMPO DE TRABALHO DO TRABALHADOR/ESTUDANTE: TEMPOS MODERNOS

A sociedade na contemporaneidade passa por uma nova construção temporal, especialmente no que se refere ao tempo de trabalho que aparece como um dos principais objetos de disputa entre trabalhadores e capitalistas. Com a atual organização do trabalho ocorre uma diminuição real do tempo médio necessário para a produção de bens e serviços que pela lógica deveria resultar em jornadas de trabalho mais curtas e maior qualidade de vida para todos.

Vivencia-se um contexto no qual milhares de trabalhadores são oprimidos pelo fardo de dupla ou tripla jornada de trabalho; pais e mães que praticamente não vêem seus filhos, pois ficam 12 horas ausentes de casa, quando não mais, considerando o tempo de deslocamento para o trabalho⁶. A precaridade aumenta quando se trata de trabalhadores que estudam a noite e depois de um dia inteiro de trabalho estressante mal conseguem dormir a noite e por consequência ter um mínimo de aproveitamento escolar. São trabalhadores tolhidos em seu desenvolvimento humano integral devido à impossibilidade de participar de atividades culturais, de lazer, de momentos com a família em decorrência do tempo dedicado ao trabalho (DE GRAZIA, 2007).

Nessa direção, busca-se, a partir dos dados empíricos, mostrar a dinâmica da organização do tempo dos trabalhadores/estudantes da educação básica no ensino noturno, entendendo aqui o tempo de trabalho não apenas como tempo em que o trabalhador *bate o cartão* e permanece no espaço da empresa, mas também todos os demais tempos dedicados ao trabalho como: deslocamento; descanso no interior da jornada; horas extras; dentre outras formas de estender a jornada.

Tendo como referência o material empírico, passamos a analisar o tempo de trabalho do trabalhador/estudante de Guarapuava. Este recorte geográfico foi necessário para a materialização do estudo, porém entende-se que a realidade desses sujeitos é a realidade da grande maioria da classe trabalhadora. Ou seja, trabalhadores de baixa escolarização e baixa remuneração, inseridas em ocupações precárias à margem da formalidade e que além de gastarem todas as energias com o tempo de trabalho, ainda buscam concluir a educação básica com a crença de que esta possibilitará a inserção laboral e social plena. Indubitavelmente, na atualidade a classe trabalhadora tem garantido o acesso à escola que oferta educação básica, entretanto, há que evidenciar que o direito a uma educação de qualidade continua sendo negado, pois a democratização do acesso não veio acompanhada de um ensino mais adequado às perspectivas e especificidades dos trabalhadores estudantes.

Conforme ilustra o gráfico abaixo, os dados coletados mostram o perfil de trabalhadores que se submetem a uma exaustiva jornada diária ao trabalho. A grande maioria acorda muito cedo e 65,57 % e enfrenta uma jornada formal de trabalho de oito horas ou mais. Entretanto, o tempo dedicado ao trabalho não se limita a essas horas, que já são muitas. De um modo geral, gastam em torno de mais três horas com a preparação para o trabalho, deslocamento e intervalo de almoço. Levando em conta que se trata de estudantes são mais quatro horas de prolongamento da jornada o que resulta em uma jornada diária superior a 15 horas.

⁶ Pesquisa realizada na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e no Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia detectaram prejuízos de aproveitamento escolar, sintomas precoces de envelhecimento funcional relacionados às poucas horas de sono e ao stress psicológico e às más condições de trabalho, entre os jovens que trabalham no período diurno e estudam no período noturno (JORNADA, 2003 apud DE GRAZIA, 2007).

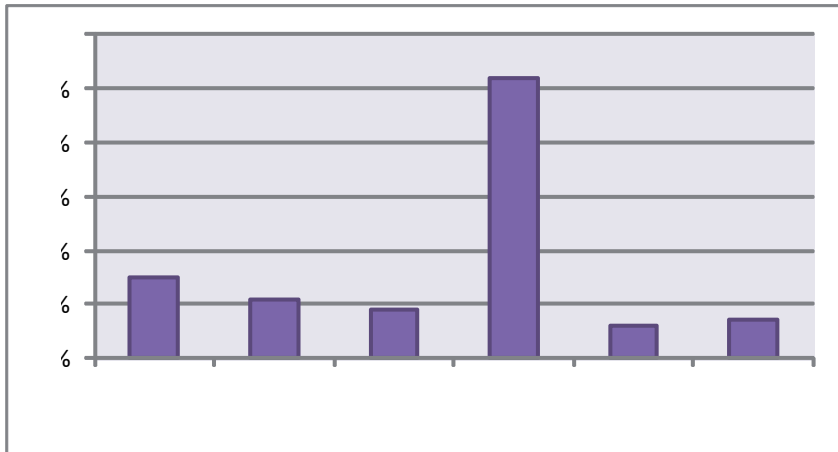


Gráfico 1- Distribuição dos trabalhadores/estudantes da educação básica noturna por jornada de trabalho diária

Fonte: Dados do material empírico e organizados pelos autores.

A precarização e intensificação vivenciada por esses sujeitos diariamente se dá também pela quantidade de dias trabalhados, ou seja, 89,10% trabalham de cinco a mais dias por semana.

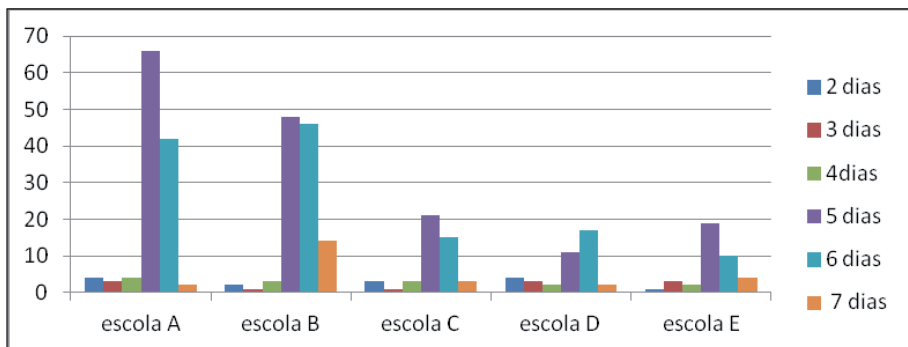


Gráfico 2- Distribuição dos trabalhadores/estudantes da educação básica do ensino noturno em % de acordo com jornada semanal de trabalho.

Fonte: Dados do material empírico e organizado pelos autores.

Outra questão que merece ser analisada refere-se ao intervalo para almoço dentro da jornada de trabalho. De acordo com o material empírico, 17,09% dos que trabalham 8 horas ou mais por dia afirmam ter menos de uma hora de almoço. O Decreto Lei

nº 5452/1943, legislação vigente até a atualidade, preconiza em seu art. 71 que para qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda seis horas, é obrigatória a concessão para o trabalhador de um intervalo para repouso e alimentação de no mínimo uma hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder a duas horas. Esta é uma demonstração de que os trabalhadores não têm seus direitos garantidos. Cabe lembrar, que muitos destes trabalhadores ao sair do trabalho vão direto para a escola.

Não se pode refutar que o tempo dedicado ao trabalho tem extrapolado os demais tempos necessários à existência humana, fragilizando a saúde destes, que além de sofrerem com a atual flexibilização e intensificação do trabalho, não dispõem de tempo para descansar e repor as energias. Dos trabalhadores/estudantes envolvidos com a pesquisa, uma grande parcela deles, 45,54%, afirma não acordar descansada, e grande parte deles sente algum tipo de dor ou está doente devido ao trabalho. Verificamos que certas atividades como, por exemplo, domésticas e autônomas mostraram-se mais vulneráveis (Gráfico 3).

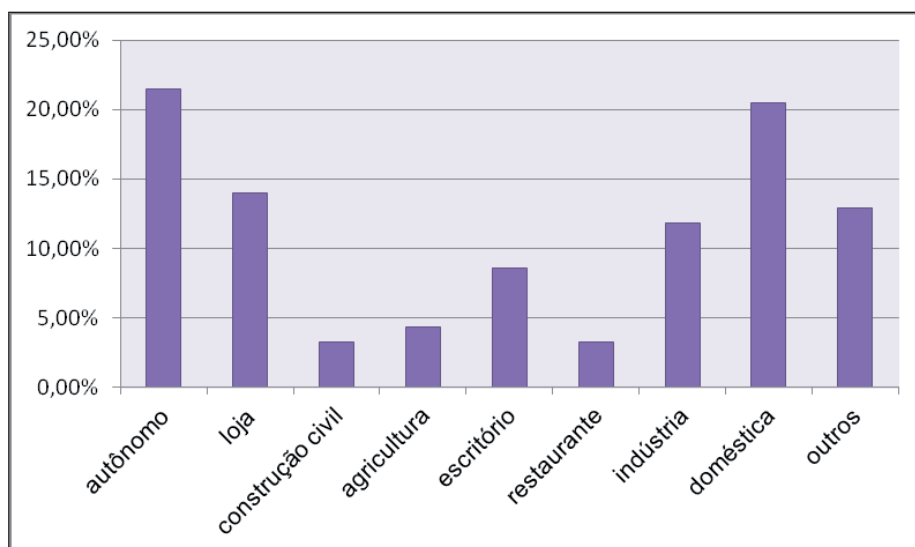


Gráfico 3- Distribuição dos trabalhadores/estudantes da educação básica no ensino noturno em % por dor ou doença devido ao trabalho de acordo com atividade laboral. Fonte: Dados do material empírico e organizados pelos autores.

Cumpre, portanto, inferir que o avanço desenfreado dos projetos de desenvolvimento do capital na atualidade tem levado o trabalhador a vivenciar a extrema precarização no mundo do trabalho. Precarização esta que se dá pelo subemprego, pelos

empregos em tempo parcial, pelas formas de trabalho que envolvem baixos salários, subcontratações, terceirizações e especialmente pelo tempo dedicado ao trabalho. As extensas jornadas levam à tamanha exaustão física e se refletem na saúde do trabalhador, haja vista que este não dispõe de tempo necessário para o descanso e assim repor as energias para o dia seguinte.

TEMPO DE ESTUDO, DE DESCANSO E DE LAZER

Indicadores estatísticos do INEP (2013) apontam que atualmente 2.811.899 trabalhadores brasileiros, para estudar e concluir a educação básica, necessariamente precisam frequentar o ensino noturno. Desse total, 248.977 são trabalhadores do ensino fundamental e 2.394.448 do ensino médio.

Considerando que o nosso estudo realizou-se junto a estudantes da educação básica, e que de acordo com a legislação educacional vigente a mesma abrange a idade dos quatro aos dezessete anos (PEC n. 59/2009; LDB 9694/96), iniciamos a análise por esta questão. Ressaltamos que o público atendido na escola noturna de Guarapuava, de acordo com a amostra pesquisada (544 questionários), está bem distante do que preconiza a lei, ou seja, apenas 29% estão na faixa etária de até 17 anos, sendo que a grande maioria, 71 % compõem uma grande heterogeneidade etária conforme mostra o gráfico a seguir.

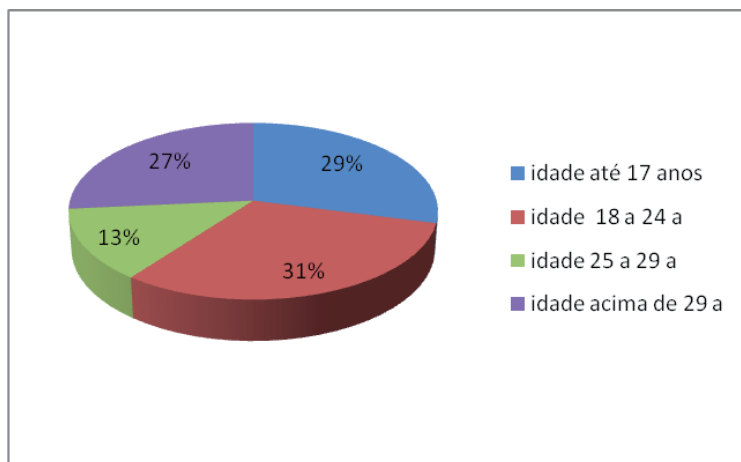


Gráfico 4- Distribuição etária dos trabalhadores/estudantes da educação básica no ensino noturno em %;

Fonte: Dados do material empírico e organizados pelos autores.

Todavia, precisamos considerar que o público que fez parte da amostra são trabalhadores/estudantes do ensino fundamental, ensino médio regular e técnico de nível médio, nas formas integrada e/ou subsequente e, portanto, se faz necessário considerar uma faixa etária mais ampla. Assim, estendendo para uma faixa intermediária de até 19 anos temos 41% contra 59% que estão acima, o que demonstra que em qualquer das faixas etárias a distorção idade-série continua sendo um problema que afeta um grande contingente de estudantes, especialmente a do noturno, que de um modo geral são sujeitos que já foram excluídos do percurso normal de escolarização, e como já ressaltado retornam à escola, motivados pela esperança de se inserir ou se manter no mercado de trabalho.

Há que se destacar que uma parcela considerável da classe trabalhadora não sabe ler e/ou escrever. De acordo com os dados do Censo de 2010, o Brasil ainda tem 9,6% da população de 15 anos ou mais de idade analfabeta, o que significa que cerca de 13.933.173 pessoas ainda não conseguem escrever um simples bilhete ou mesmo assinar o nome.

Em Guarapuava a situação não é diferente, de acordo com dados do censo 2010, 6 % da população é analfabeta. Assim, considerando que a população do município de 15 anos ou mais compreende um total de 124.657 habitantes (IBGE, 2010a), cabe frisar que 7.489 pessoas desta cidade ainda não sabem ler nem escrever. Importa lembrar também que dentre a população que frequentou a escola encontra-se uma parcela considerável de pessoas precariamente escolarizadas e que apenas conseguem assinar o nome, os analfabetos funcionais⁷.

Neste sentido, um grande contingente de trabalhadores, tidos como alfabetizados, não conseguem sequer interpretar um texto simples, o que os torna ainda mais vulneráveis a todos os tipos de exploração. Cabe ressaltar que, em sua maioria, são sujeitos que para sobreviver trocaram a escola pelo trabalho ainda muito jovens e, normalmente, marcados por uma trajetória escolar com períodos de abandono, voltam para os bancos escolares não em busca de uma educação que possibilite interpretar textos ou interpretar o mundo, mas pela crença quase religiosa na educação como um meio para sair da situação em que se encontram.

Kuenzer (2005) afirma que em tempos de mundialização do capital e de reestruturação produtiva, a lógica que impera é a da *exclusão includente* e do ponto de vista da educação lhe corresponde outra lógica: a inclusão excludente, que são as estratégias de inclusão daqueles que não correspondem aos padrões de qualidade esperados pelo capital e que apenas conferem certificação vazia, constituindo-se “[...] em modalidades aparentes de inclusão que fornecerão a justificativa, pela incompetência, para a exclusão do mundo do trabalho, dos direitos e das formas dignas de existência” (KUENZER, 2005, p. 93).

⁷ A UNESCO define como analfabeto funcional toda pessoa que sabe escrever o próprio nome, mas é incapaz de interpretar textos simples ou realizar operações básicas de matemática. No Brasil, para fins estatísticos consideram-se analfabetos funcionais as pessoas com mais de 20 anos e que tiveram quatro anos ou menos de estudo. É sabido que muitas pessoas que avançam no sistema educacional para além de 4 anos permanecem analfabetas funcionais.

De acordo com dados do IDHM (BRASIL, 2013a), no município apenas 59,86% dos jovens entre 15 e 17 anos possuem o ensino fundamental completo e 44,49% dos jovens entre 18 e 20 anos concluíram o ensino médio. Quanto à educação dos que estão trabalhando, com 18 anos ou mais de idade, de acordo com o mesmo indicador, 60,84% têm ensino fundamental completo e 42,37% o ensino fundamental.

Esses dados evidenciam claramente a baixa escolarização da população, especialmente entre a população jovem, e aponta para outro problema que é a distorção idade-série. De acordo com os dados da mesma fonte, em 2010 cerca de 68,42% dos alunos entre 6 e 14 anos cursavam o ensino regular na série correta para a idade e 2,91% estavam fora da escola. Já entre os jovens de 15 a 17 anos apenas 38,16% estavam cursando o ensino médio sem atraso e 21,49% não frequentavam a escola.

Os trabalhadores/estudantes que compõem a nossa base de dados empíricos são exemplos concretos da defasagem idade-série, tendo em vista que um número considerável, ou seja, 10,48% estão cursando o ensino fundamental, e a grande maioria, 89,52 frequentam o ensino médio, sendo que destes, 48,79% estão no ensino médio regular e 40,73% frequentam o técnico de nível médio (Gráfico 5).

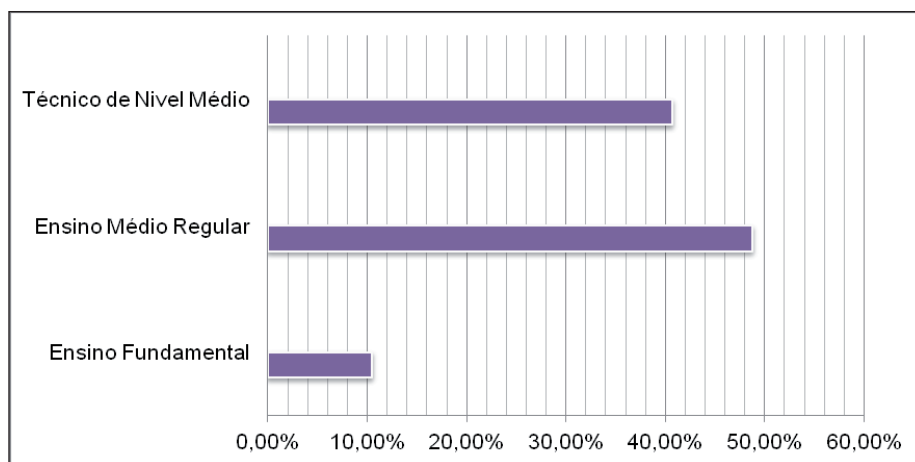


Gráfico 5- Distribuição dos trabalhadores/estudantes da educação básica do ensino noturno em % de acordo com etapa de ensino frequentado.

Fonte: Dados organizados pelos autores a partir do material empírico.

É pertinente lembrar que 71% deste público têm mais de 17 anos, o que reforça a questão de que são sujeitos que trocaram a escola pelo trabalho em determinado momento da vida e hoje retornam aos bancos escolares na intenção de recuperar esse atraso educacional. Importa salientar que uma grande maioria busca recuperar essa

defasagem frequentando a Educação de Jovens Adultos (EJA), que na nossa pesquisa empírica representam 25,55%.

Cabe sinalizar que para parte da elite não interessa ter trabalhadores com níveis mais elevados de escolarização e quando exigem o faz mantendo a precarização do emprego e da remuneração, como bem mostra a nossa pesquisa. Quando perguntado ao trabalhador/estudante sobre a formação exigida no momento da contratação, dos que estão ocupados 31% afirmaram que a empresa não exige formação nenhuma e 11% responderam que a empresa exige apenas o ensino fundamental

Ressaltamos que a dualidade originária da estrutura de classes se expressa com mais intensidade no ensino médio, pois é nesta etapa que se observa com nitidez a diferenciação das trajetórias educacionais: dos que são preparados para continuar os estudos e ingressar no ensino superior e em atividades profissionais melhores remuneradas e dos que são preparados apenas com uma educação básica como mão-de-obra para inserção no mercado de precarizado de trabalho.

Após analisar o tempo de trabalho, fica evidente que a incompatibilidade do horário de trabalho e de estudo impacta a qualidade da formação dos sujeitos pesquisados. Diante disso, outra questão é pertinente de análise e diz respeito ao tempo de transmissão/socialização do conhecimento realizado na escola e que deve levar em conta a individualidade e subjetividade dos educandos que necessitam de tempos diferenciados de assimilação.

Diante da impossibilidade de ajustar a jornada escolar concreta ao pleno atendimento das diferenças individuais e o ensino dos conhecimentos sistematizados, a escola adotou como solução certo tempo extraescolar, passando dessa forma a responsabilidade para o aluno, o qual deve dedicar-se à atividades de estudos complementares, visando lograr a assimilação pretendida, o que expressa de forma clara os limites da jornada escolar

Klein e Cavazotti (2011) explicitam que o processo de apropriação do conhecimento requer ao menos dois tempos pedagógicos distintos: transmissão e assimilação. De acordo com essas autoras a transmissão/socialização do conhecimento está vinculada à jornada escolar, que nesse estudo corresponde ao ensino noturno, enquanto que o processo de assimilação obedece a ritmos individuais e por conta disso não pode ficar restrito apenas ao tempo de permanência na escola, necessitando de tempo extraescolar, tempo este que os trabalhadores/estudantes desta pesquisa declaram não ter, já que 53% deles apontam a falta de tempo como a maior dificuldade para estudar.

Conforme análise da nossa base de dados, 69,33% dos trabalhadores/estudantes que responderam ao questionário afirmaram que a escola exige atividade extraescolar para obtenção de nota. Mas, ao retomar os dados acima quanto ao tempo gasto com o

trabalho, acrescentando mais quatro horas de permanência na escola, provavelmente a atividade extraescolar se torna uma prática inviável e, desse modo, a formação escolar de quem frequenta o noturno é ainda mais precarizada. Diante disso é fácil entender porque a grande maioria, ou seja, 59,92% frisam que a jornada de trabalho atrapalha os estudos.

Outra questão que merece ser destacada está relacionada ao lazer. Quando perguntado se a jornada de trabalho atrapalha as atividades de lazer, um número considerável (43,84%), respondeu que sim. Assim, podemos destacar que a redução no tempo livre do trabalhador e a precarização nas condições materiais de vida têm inviabilizado um lazer consciente, condição fundamental para que o homem consiga emancipar-se em seu sentido mais profundo. De acordo com Antunes (2004, p. 110) o homem, cujo tempo livre se resume apenas a interrupções puramente físicas, tais como do sono, das refeições, de higiene, e cujo tempo restante absorvido pelo seu trabalho para o capitalista, pode ser considerado “[...] uma simples máquina, fisicamente destruída e brutalizada intelectualmente, para produzir riqueza para outrem”.

MULHER, TRABALHO E ENSINO NOTURNO

Muito embora não seja nossa pretensão neste estudo analisar e discutir o material empírico com foco na questão de gênero, consideramos relevante, a partir das respostas obtidas, dedicar um espaço para refletir sobre o tempo de trabalho e tempo de estudo vivenciado pelas mulheres trabalhadoras, que além do tempo dedicado às obrigações profissionais têm ainda todas as obrigações domésticas e precisam de pelo menos mais 4 horas de tempo para se dedicarem aos estudos.

Para a grande maioria das mulheres, experiências de trabalho remunerado e de vida familiar se fundem e acabam por impor-lhes uma dupla jornada de trabalho como profissionais e como donas de casa. É sabido que a divisão sexual do trabalho, ao longo da história, naturaliza o papel dos afazeres domésticos como tarefa das mulheres. Assim, ao se inserirem no mercado de trabalho vivenciam uma sobrecarga de trabalho que acaba por impactar a vida laboral, uma vez que buscam trabalhos com tempos e horários mais flexíveis para dar conta do trabalho doméstico.

Para Enguita (1989) a redução ideológica do trabalho e suas formas remuneradas têm reforçado para a posição de superioridade dos homens em relação às mulheres, bem como a desvalorização do trabalho doméstico. Assim, ao se atribuir às mulheres a responsabilidade pelos afazeres domésticos, este fato leva as mesmas a pensarem na inserção no mundo do trabalho como um aspecto secundário de seu projeto de vida, e isso acontece geralmente quando o homem não pode ou não consegue cumprir seu papel de provedor principal, ou quando se trata de um lar sem a figura masculina.

Conforme dados do IBGE, inferimos que o crescente impulso do ingresso feminino no mercado de trabalho se refletiu na elevação do nível da ocupação das mulheres, de 35,4%, em 2000, para 43,9%, em 2010, o que foi mais acentuada que a dos homens, que passou de 61,1%, em 2000, para 63,3%, em 2010. Isso significou um incremento de 24,0%, no nível da ocupação feminina, e 3,5% no da masculina, de 2000 para 2010, porém esta incorporação não significou a construção da igualdade plena entre homens e mulheres no mundo do trabalho (IBGE, 2010b).

Outro aspecto que importa enfatizar é que a estrutura familiar vem mudando. O modelo tradicional constituído por um casal (homem e mulher) e filhos já não é o que impera. Atualmente, cada vez mais as pessoas estão experimentando a vida familiar de outras formas e, de certo modo, pode-se inferir que a crescente participação da mulher na força de trabalho é também um fator de influência nas mudanças dessa estrutura. Outros fenômenos como o aumento da escolaridade das mulheres, aumento das separações conjugais e mudanças culturais têm contribuído para que as mulheres assumam a chefia da casa (SABÓIA; SOARES, 2004).

A inserção da mulher no mercado de trabalho, de um modo geral, se deu nas áreas onde predominam empregos precários e mais vulneráveis, principalmente com os novos modelos de organização do trabalho, em especial o trabalho terceirizado, por possibilitar que as mulheres realizem o trabalho produtivo no espaço doméstico, aumentando dessa forma ainda mais a exploração destas enquanto força de trabalho.

De acordo com o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM) (BRASIL, 2013b) as mulheres estão concentradas em ramos ou setores relacionados com os papéis tradicionalmente atribuídos a elas: educação, saúde, serviços sociais, serviços domésticos e outros serviços sociais, coletivos e pessoais que conjuntamente somam aproximadamente 45% da população ocupada feminina, enquanto as taxas da população masculina ocupada, cerca de 48%, está alocada nos setores agrícola, industrial e construção. Ou seja, apesar das muitas transformações ocorridas na sociedade contemporânea e muitos espaços conquistados pelas mulheres, a segregação ocupacional continua fortemente presente.

A pesquisa empírica por nós realizada mostra essa mesma realidade. Ao levantar dados quanto à atividade laboral realizada, as respostas evidenciam que as mulheres exercem, em sua maioria, atividades no setor de serviços, comércio e como trabalhadoras domésticas. Das respostas, duas atividades evidenciam muito bem essa divisão sexual do trabalho: dos que responderam trabalhar na indústria 83,34% são homens contra 16,66% mulheres; e com relação aos que responderam trabalhar em atividades domésticas remuneradas, 100% são mulheres.

Dados do IBGE/PNAD revelam que as mulheres são a maioria entre aqueles em idade de trabalhar (14 anos ou mais), representando 52,4% desta população. Todavia,

apesar do significativo crescimento da taxa de ocupação das mulheres nas últimas décadas, elas ainda estão em desvantagem com relação aos homens. Ou seja, a proporção de homens com 14 anos ou mais de idade trabalhando é superior ao de mulheres deste mesmo grupo etário também trabalhando. No primeiro trimestre de 2014, por exemplo, o nível da ocupação foi estimado em 68,3% para os homens e 46,2% para as mulheres (IBGE, 2014).

No que concerne ao material empírico deste estudo, este corrobora os dados apresentados pelo IBGE. Do universo feminino (328 mulheres participantes), 55,8% encontram-se ocupadas contra 64,81% do masculino (216). Com relação à renda familiar, a média das mulheres é inferior a dos homens conforme demonstrado na tabela a seguir.

Como o propósito de dar ainda mais concretude ao que foi exposto até aqui com relação à exclusão, ao tempo dedicado ao trabalho e a pobreza da classe trabalhadora feminina, apresentamos o perfil de cinco trabalhadoras/estudantes (Tabela 1), sendo uma representante de cada escola pesquisada, com faixas etárias diversas, buscando, dessa forma, identificar se as realidades se apresentavam de forma diferente.

Tabela 1- Distribuição por escola em % referente perfil de mulheres trabalhadoras/estudantes da educação básica no ensino noturno

Escola	Idade/ Anos	Tipo de trabalho	Dias da semana trabalhado	Jornada diária	Renda/ salário mínimo	Acorda descan- sada	Sente dor/ Doença
A	22	Doméstica	5	12 hs	Até 1	Não	Sim
B	34	Autônoma	6	8 hs	Até 1	Não	Sim
C	17	Indústria	5	8 hs	1 a 2	Não	Sim
D	21	Doméstica	7	6 hs	Até 1	Não	Sim
E	38	Loja	6	8 hs	1 a 2	Não	Sim

Fonte: Dados organizados pela autora a partir do material empírico.

Os dados refletem um cenário de extrema vulnerabilidade social e nenhuma qualidade de vida. Não resta nenhuma dúvida que são mulheres excluídas do acesso aos bens materiais essenciais para uma vida digna. Percebe-se que independentemente de idade, atividade laboral ou localização (bairro ou centro) a realidade cotidiana dessas mulheres é a mesma: extensas jornadas de trabalho, baixa remuneração, pouco tempo para o descanso e como resultado dessa vida sofrida sentem dor ou estão doentes. Enfatiza-se que essa realidade não se restringe à mulher trabalhadora/estudante de Guarapuava, mas sim, é a realidade da maioria da classe trabalhadora feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados empíricos apresentados e discutidos fica evidente que a jornada de trabalho ocupa um tempo considerável da vida dos trabalhadores/estudantes da educação básica no ensino noturno, principalmente ao se considerar a jornada de trabalho em sua forma ampliada para além da jornada formal. Alia-se a esse aspecto, ainda, a exaustão física e psíquica destes sujeitos, resultante da jornada de trabalho, condição que inviabiliza a capacidade de assimilação no momento das aulas.

Em síntese, o material empírico elucidou o pressuposto que norteou este estudo, evidenciando com clareza que o tempo de trabalho tem impactado na qualidade da formação dos trabalhadores/estudantes, bem como determinando não apenas o tempo de estudo, mas também os demais tempos sociais. Afinal, diante de um tempo de trabalho tão ampliado e ainda uma jornada de estudos à noite, que tempo resta para o lazer, para a família e principalmente para o descanso? Nesse sentido, a pesquisa demonstra que ao mesmo tempo em que o trabalho é uma grande alavanca para o ingresso no ensino noturno, só o faz condicionando estes estudos a uma situação precária.

Dessa análise empreendemos a necessidade de um novo projeto educacional. Contudo, entendemos que um projeto de educação para a classe trabalhadora não se materializa no *locus* da escola sem que primeiramente seja um projeto de Estado. Muito embora se tenha ciência da importância da articulação de práticas pedagógicas e sociais, de materiais didáticos de qualidade, professores qualificados, reorganização do currículo, dentre outras ações fundamentais para uma educação de qualidade; sem a elaboração de Políticas Públicas de Estado que dialoguem com as reais necessidades dos sujeitos trabalhadores/estudantes, dificilmente teremos uma educação que possibilite a emancipação humana.

SIGNORI, Zenira Maria Malacarne; MELO, Alessandro. Workers/students of basic education in education night: an analysis of the relationship of time working with education time. *ORG & DEMO* (Marília), v. 15, n. 2, p. 65-82, Jul./Dez., 2014.

ABSTRACT: This study brings to light the material conditions of life for workers / students of basic education in night school. The data presented and discussed and the result of research conducted in five schools in Guarapuava-PR when questionnaire involving 544 elementary education students at nighttime was applied. We start from the understanding that the working time of the employee / student has given night and negatively influenced other times necessary to human existence and therefore invalidating consistent training for these guys who can not get a good performance by both the precariousness and intensity of work as by the weakness of night school. It is understood to be an urgent need to better understand the real subjects for which we build educational discourses and, most often depart from reality, thus furthering the discussion about the difficulties, limitations, motivations and expectations of these agents who experience one daily double shift: day job and night study.

KEYWORDS: worker / student, evening classes, work, working time, study time.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. W. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** Tese (Doutorado em Sociologia) 327 p. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2007.
- ANTUNES, R. (org), **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- BRASIL, **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013**. Brasília: PNUD: IPEA, 2013a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/html>. Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013>. Acesso em: 16 nov. 2013.
- _____. **Emenda Constitucional nº 59** de 11 de novembro de 2009. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>. Acesso em: 10 dez 2013.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996**. Brasília: MEC. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 03 nov. 2013
- _____. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RESEAN)**. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Novembro, 2013b. 170 p. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/01/RASEAM_interativo.pdf>. Acesso em: 12 de maio 2014.
- CARVALHO, C. P. **Ensino noturno: realidade e ilusão**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2001
- DE GRAZIA, G. **Tempo de trabalho e desemprego: redução de jornada e precarização em questão**. São Paulo: Xamã, 2007, 272 p.
- ENGUITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola, o trabalho atual como forma histórica**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1989.
- IBGE, **Censo demográfico 2010a - sinopse**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=410940&idtema=16&search=||s%EDntese-das-informa%E7%F5es>. Acesso em: 02 jun. 2014.
- _____. **Censo demográfico 2010b: Trabalho e rendimento, resultado de amostra**. Rio de Janeiro, 2010b. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/Periodicos/1076/cd_2010_trabalho_rendimento_amostra.pdf. Acesso em: 14 jun. 2014.
- _____. **Síntese de Indicadores Sociais Uma análise das condições de vida da população brasileira 2013**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf. Acesso em: 22 jun. 2014.
- _____. **PNAD Continua: primeiro trimestre 2014**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Comentarios/pnadc_2014_01_trimestre_comentarios.pdf. Acesso em: 05 jul. 2014.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica**. Brasília: MEC/INEP. 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/Básica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 01 jun. 2014.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno Estatístico do Município de Guarapuava**. Curitiba: IPARDES. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Monta.php?Municipio=85000>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

KLEIN, L. R.; CAVAZOTTI, M. A. *Tempo escola X tempo trabalho: esferas antagônicas para o proletariado?* In: **V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo: Marxismo, Educação e Emancipação Humana**. 2011. UFSC, Florianópolis.

KUENZER, A. Z. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre trabalho e educação. In LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3.ed. São Paulo, Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2005.

MARCONDES, G. G. **Guarapuava: História de Luta e trabalho, textos históricos**. Guarapuava: UNICENTRO, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: Feuerbach - A contraposição entre as cosmovisões materialistas e idealistas**. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2005.

SABÓIA, A. L.; SOARES, C. O conceito de chefia nas pesquisas domiciliares através do recorte por sexo e presença do cônjuge – uma contribuição à discussão da feminização da pobreza. **Revista Gênero**, v. 4, n. 2, p. 53-71, 2004. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistaGenero/article/viewFile/246/166>>. Acesso em: 08 mai. 2014.